



# **CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO**

*Estado do Paraná*

---

## **-COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO e COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO-**

Ata da reunião conjunta entre as Comissão de Finanças e Orçamento – CFO e Comissão de Justiça e Redação – CJR, realizada no dia 09 de dezembro de 2016, às 17h00 (dezessete horas), no prédio da Câmara Municipal de Jataizinho, com a presença dos membros: Alex Antonio Gomes de Faria, Presidente da CFO; Laércio Fernandes Quitério, Relator da CFO e Presidente da CJR; e Cícero Aparecido Guimarães, Membro da CFO e da CJR e Jorge dos Santos Pereira, Relator da CJR. Presentes também o Sr. Vereador Maurílio Martielho, Maurício Aparecido Terra, Presidente do Instituto de Previdência Municipal e Anderson dias da Motta, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente da CFO informou a todos sobre os motivos da reunião, que era de informar sobre o encaminhamento dos Ofícios nºs. 006 a 009/2016, da CFO, com vistas a convidar os Srs. Élio Batista da Silva, Prefeito Municipal, Maurício Aparecido Terra, Presidente do Instituto de Previdência, Anderson Dias da Motta, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e Marli Sanzovo, Presidente da Associação de Professores, para participarem desta reunião de hoje com vistas a tratar sobre o Projeto de Lei nº. 036/2016, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Jataizinho com o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Jataizinho. O Sr Presidente da CFO, Alex Faria, comenta sobre do que se trata o Projeto em tela, de forma resumida, quanto a uma dívida do Município de Jataizinho para com o Instituto de Previdência referente a falta dos repasses do aporte e da parte patronal dos meses de agosto a dezembro e 13º salário de 2016. O Sr Presidente da CFO iniciou os questionamentos ao Sr. Maurício Aparecido Terra, Presidente do Instituto de Previdência, tecendo alguns comentários sobre as implicações da lei de responsabilidade fiscal e legislação aplicável ao caso em estudo. O Sr. Maurício Terra disse que é presidente do Instituto de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016; que o mandato é de um ano; que desconhece ter havido outro parcelamento anteriormente; que não foi comunicado pelo Prefeito sobre o parcelamento; que não sabe dizer se este parcelamento trará algum risco para a próxima gestão e que até o momento não foram feitos os repasses dos meses de agosto a novembro e cobrou o Prefeito e este não havia lhe respondido, que respondeu só em data de hoje que poderia pagar o fundo até o final do ano; que desde de setembro tem oficiado ao Executivo sobre a falta dos repasses, bem como ao conselho fiscal do Instituto e ao Sindicato; que não sabe responder se o Prefeito usou de má fé não ter comunicado desde o início; que tem em suas mãos os ofícios cobrando o Executivo, mês a mês, e que foi feita uma assembleia extraordinária para tratar do caso; que o Prefeito desde de o início dos atrasos tem ciência das cobranças feita pelo Instituto; que o fundo esta



# CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

*Estado do Paraná*

estruturado, contendo cerca de oito milhões de reais em aplicações, mas a dívida tem que ser paga, corrigida e paga a multa; que deve ser paga agora ou mais para a frente mas tem que ser paga; confirma que tem um documento enviado pelo Prefeito informando que poderá pagar a dívida até o final deste mês de dezembro. O Sr Presidente da CFO diz que se houver o parcelamento o Prefeito não irá pagar a totalidade até dezembro. Diz que deve ser ouvido o prefeito eleito; que não conseguiu contato com ele nestes dias; que a comissão de transição deve ser comunicada; que o Prefeito deve em final de mandato se adequar e não deixar dívidas para a próxima gestão; Questionado novamente, o Sr. Maurício Terra, informa que a parte recolhida do empregado está sendo repassado ao Instituto; que deixou de recolher ao Instituto a parte patronal de 11% e o aporte de 14%; O Sr. Presidente do CFO diz que com esse projeto esta se transferindo esta dívida à próxima gestão; O Presidente da CFO questiona o Sr Anderson Dias da Motta, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, que informou que soube da situação de forma extraoficial e que logo em seguida oficiou ao Presidente do Instituto sobre o assunto, o qual lhe informou sobre a situação real; O Sr Relator da CFO, Laércio Quitério, questiona o Sr. Maurício se houve alguma reunião com o departamento jurídico da Prefeitura sobre a legalidade do parcelamento, e este informou que não; que só soube do projeto do parcelamento depois que foi enviado à Câmara; que não tem conhecimento sobre a legalidade do projeto. O Sr Membro da CFO e da CJR, Cícero Guimarães questiona o Sr. Anderson Motta, presidente do Sindicato, sendo que este informou que não oficiou o Executivo, somente o presidente do Instituto sobre os atrasos; que teve informações a respeito recentemente e que também irão questionar o Prefeito Municipal; O Vereado Cícero diz que é o projeto de parcelamento é bastante complicado e que devem analisar com cuidado, podendo trazer riscos aos envolvidos e que irão analisar com cautela o fundamento. O Sr. Vereador Maurílio Martielho questiona o Sr. Maurício Terra, sendo que este informou que tem conhecimento que Ibiporã também atrasou os repasses, mas não sabe dos detalhes; que também houve parcelamento, mas que foi dentro do mandato do Prefeito; que a Prefeitura também recolhe ao INSS e que este recolhimento encontra-se em dia, e que junto ao INSS não houve parcelamento desde 2002, quando houve uma confissão de dívida e houve parcelamento e já se encontra pago; que não sabe dizer se o projeto é legal ou inconstitucional. O Sr Presidente da CFO comenta sobre os parcelamentos efetivados nos anos 2000. Informa que com o INSS o Prefeito não fez parcelamento, mas com o Instituto pretende através do projeto em tramite; diz que vários municípios já fizeram parcelamentos, mas que o problema com relação ao que estão analisando é quanto ao prazo; diz que o prazo é ilegal; que deveria ser avisado desde o momento que começou a atrasar; que não houve informação aos servidores; que devem analisar o voto político; que devem verificar o posicionamento do contador, do controle interno; que não podem repassar esse parcelamento ao próximo Prefeito; diz que houve uma denuncia a respeito deste projeto esta semana; que acredita que o Presidente da Câmara encontra-se em suspeição por ser parte interessada; que o atual prefeito não pode dizer que ou paga o Instituto ou paga os servidores; que o projeto é impopular; Questiona



# CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

*Estado do Paraná*

novamente o Sr. Maurício Terra se é a favor deste parcelamento, sendo que este diz que é a favor do pagamento em dia; Questiona também o Sr. Anderson Motta se é a favor deste parcelamento, o qual diz que é a favor do parcelamento por conta da falta de recursos para não comprometer o pagamento de dezembro e do 13º salário dos servidores; O Sr. Vereador Maurílio Martilho questiona novamente o Sr. Maurício Terra, que responde a informação dada pelo Prefeito quanto ao não repasse da parte patronal ao Instituto se dava por falta de dinheiro, que ou pagava o Instituto ou pagava a folha de pagamento; que o Prefeito lhe disse que a falta do pagamento do Instituto é por conta da crise; diz que não houve queda na arrecadação do FPM, mas também não houve correção frente a inflação; que a concessão das perdas salariais ocorrida em dezembro/2015 e durante 2016 podem ter influenciado bastante; que não sabe responder se o correto seria pagar o Instituto em detrimento da folha ou vice-versa; que apesar de estar promovendo o parcelamento o gestor será responsabilizado pelo atraso; que sabe que o Município não pode pagar os juros. O Sr. Vereador Maurílio Martielho diz que os juros e as correções serão de responsabilidade do Prefeito. O Presidente da CFO comenta sobre as inconsistências no texto do projeto de lei, que deixa margens a interpretação quanto aos juros e multa; O Sr. Relator da CFO questiona novamente o Sr. Maurício Terra que informa que não tem conhecimento sobre os recursos financeiros disponíveis na Prefeitura; que a arrecadação de dezembro paga a folha, mas não sabe se o Prefeito conseguirá pagar tudo. O Sr. Membro da CFO diz que é obrigação do Prefeito pagar o Instituto a folha e o 13º salário; diz que foram cortadas horas extras, 1/3 de férias, insalubridades, gratificações; diz que o repasse da Prefeitura ao Instituto é obrigação e que devem analisar com cautela. O Presidente da CFO diz que o Prefeito não pode optar por pagar uma coisa ou outra, mas deve pagar tanto o Instituto quanto a folha de pagamento até 31/12; que é papel dos vereadores fiscalizar e garantir o direito dos servidores públicos; comenta sobre a crise de forma geral; que o Prefeito deveria ter se planejado e que a culpa não é dos vereadores; diz que pode haver responsabilização dos vereadores dependendo do posicionamento da Câmara; diz que podem haver ADINs neste projeto; informa que há necessidade de se marcar nova reunião conjunta para quinta-feira, dia 15/12, às 17h00, o que é de pronto aceito por todos os presente; diz que irá officiar no sentido de obter mais informações junto a comissão de transição de cargo, questionando se foram comunicados e se são favoráveis; de solicitar do Instituto cópias dos ofícios enviados ao Executivo e as respostas, sendo que o Presidente do Instituto já entregou as cópias que estavam consigo; que irá officiar o departamento jurídico da Prefeitura solicitando parecer sobre a legalidade do projeto; o controle interno também sobre seu posicionamento quanto ao projeto de parcelamento; solicita parecer jurídico do advogado da Câmara Municipal, esclarecendo sobre as implicações e responsabilizações que possam advir aos vereadores pelo seu voto, tramite e critérios de admissibilidade; O Membro da CFO questiona sobre a responsabilidade dos juros; sendo que o Presidente da CFO diz que será de responsabilidade do próximo prefeito, que podem haver ADINs que serão analisadas pela Justiça. O Sr. Presidente da CJR, Vereador Laércio Quitério diz que vai aguardar o posicionamento do



# CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO

*Estado do Paraná*

jurídico da Câmara. O Sr Relator da CJR, Jorge Pereira, diz que estão analisando o projeto em tela, diz que não estão tirando o direito dos servidores; que hoje o Instituto tem condições; que se o prefeito atual optar em pagar o Instituto, o próximo prefeito terá que pagar o salário de dezembro e o 13º salário, que devem analisar bem o projeto; diz que o prefeito atual irá ser responsabilizado; diz que se o projeto não passar pela Câmara, o prefeito pode escolher pagar o Instituto e os servidores serão penalizados; diz que várias cidades se encontram da mesma forma; que já houve denuncia sobre esta situação; que o município vizinho de Ibiporã já fez parcelamento; que irá obter o posicionamento de várias advogados; que irá verificar como procederam em outras cidades; diz que não entende como os servidores serão penalizados se votarem no parcelamento; diz que se o Instituto não estivesse estruturado, desta forma seria mais complicado, pois haveria prejuízo dos aposentados; devem sim solicitar todos os pareceres necessários; que devem aguardar e analisar com cuidado; que outras pessoas poderiam ter vindo dar sua contribuição no debate; diz que se fosse uma situação atípica, poderia sim haver uma responsabilização, porem isso vem ocorrendo em outros locais; diz que obteve parecer de juristas sobre o parcelamento e obteve a informação sobre a sua inviolabilidade por seu voto; diz que é obrigação do prefeito pagar suas contas, porém houve queda sim nos recursos recebidos pelo Município; que realmente não houve organização para passar por este momento de crise; que se o projeto não for aprovado na Câmara, poderá o Executivo optar por pagar o Instituto, porém poderá deixar de pagar a folha. O Vereador Maurílio Martielho diz que mesmo que este projeto não seja aprovado agora, o próximo prefeito terá também que enviar este projeto aqui para a Câmara, pois senão o Município será travado na obtenção de certidões. O Membro da CFO diz que o problema do Prefeito atual comentou nas redes sociais que não irá pagar o 13º salário e o pagamento de dezembro para poder pagar o Instituto por conta da denuncia que foi feita, colocando os vereadores contra os servidores; diz que o Executivo deve pagar todas as suas contas; pergunta por que só agora veio a tona; que faltando poucos dias para acabar o mandato encaminha o projeto para a Câmara; diz que o futuro Prefeito pode mandar novo projeto de parcelamento para analise; O Presidente da CFO diz que mesmo aprovando este projeto, podem haver novos parcelamento futuros; que os recursos existente no Instituto não são suficientes; que podem ocorrer situações de emergência; diz que a culpa é da Câmara que foi omissa desde agosto; que os vereadores deveriam denunciar o Prefeito e cassar seu mandato; diz que esta situação é por falta de planejamento e transparência, conforme estipulado na lei de responsabilidade fiscal; diz que a classe dos servidores encontra-se em risco; que a administração futura também encontra-se em risco; diz que a atual administração descumpriu a lei de responsabilidade fiscal e que apesar do parcelamento, isso não tira sua responsabilidade; diz que acredita que houve omissão, não má fé; diz que não quer ver desta forma, mas sim como omissão; diz que os empenhos não vem para a Câmara, apenas extratos; diz que deve haver um entendimento entre o prefeito atual e o prefeito futuro; diz que o projeto pode ser legal de forma literal, mas encontrou problemas no texto, e que o projeto é imoral; que os vereadores podem ser responsabilizados



# **CÂMARA MUNICIPAL DE JATAIZINHO**

*Estado do Paraná*

pela aprovação do projeto; diz que irá solicitar o encaminhamento de toda a tramitação ao Sindicato, ao Instituto e a promotoria pública para análise do rito processual; diz que deve ser analisada a questão jurídica; diz que a responsabilidade não é da Câmara; diz que seu papel é fiscalizar. O Membro da CFO faz novos questionamentos ao Sr Maurício Terra, que responde que o cargo de presidente do Instituto é de escolha e nomeação do Prefeito; comenta sobre um ex-presidente do Instituto que se tornou inelegível por conta de um pequeno problema na gestão do fundo; questiona se na próxima gestão assumindo um novo presidente do Instituto este pode ficar inelegível por conta algum problema relacionado a este parcelamento, sendo que o Presidente da CFO diz que sim; questiona novamente o Sr. Maurício sobre os valores repassados ao fundo mensalmente e este diz que é cerca de oitenta e dois mil reais a parte retida dos servidores, e a parte patronal é de cerca de cento e noventa mil reais, valores referentes a Prefeitura Municipal, havendo repasses também da Câmara e do SAAE, totalizando cerca de duzentos e sessenta mil reais mês com um gasto de duzentos e trinta mil reais com aposentados e pensionistas; diz que a despesa é menor que a arrecadação e ainda há retorno dos investimentos, havendo sobra mensal de trinta a quarenta mil reais. O Membro da CFO diz que a despesa é próxima da receita e pode haver futuramente um problema de caixa, principalmente se não houverem os repasses da Prefeitura para o Instituto. Nada mais a se tratar, esta Ata vai assinada por mim, Relator, e pelos demais presentes. Câmara Municipal de Jataizinho, Estado do Paraná, aos 09 dias do mês de dezembro de 2016.

ALEX A GOMES DE FARIA  
Presidente da CFO

LAÉRCIO FERNANES QUITÉRIO  
Relator da CFO e Presidente da CJR

CÍCERO AP GUIMARÃES  
Membro da CFO e da CJR

JORGE DOS SANTOS PEREIRA  
Relator da CJR

MAURÍLIO MARTIELHO  
Vereador

MAURÍCIO APARECIDO TERRA  
Presidente do Instituto

ANDERSON DIAS DA MOTTA  
Presidente do Sindicato dos Servidores